

CPI não acha cheque de *fantasma* para Presidente

Não há, entre os documentos obtidos pela CPI do caso PC, nenhum cheque nominal de "fantasmas", Paulo César Farias ou das empresas do caixa da campanha presidencial de Fernando Collor, para o presidente Itamar Franco ou seu ex-secretário particular Geraldo Farias. A verificação foi feita ontem pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), depois de exame de duas caixas de documentos sigilosos da CPI em poder do Senado.

A constatação não afasta, porém, a possibilidade de ser verdadeira a versão contada pelo ex-presidente Fernando Collor e pelo deputado Augusto Farias (PSC-AL) de que Itamar recebeu dinheiro de PC Farias para fazer a campanha presidencial em Minas Gerais. Primeiro, os cheques de "fantasmas" que foram investigados pela CPI do caso PC são posteriores à campanha presidencial. Todos são de 1990, quando Collor já havia tomado posse na Presidência.

Os cheques anteriores à posse examinados pela CPI são da conta de pessoa física de PC e da Empresa

sa de Participações e Construção (EPC) e não há, entre eles, nenhum cheque nominal em nome do Presidente ou de seu assessor Geraldo Farias — que teria sido, segundo o deputado Augusto Farias, o responsável pela movimentação dos recursos da campanha em Minas Gerais. Isso, porém, também não invalida a versão de que Itamar recebeu dinheiro da campanha. Antes da posse de Collor, ainda eram permitidos os cheques ao portador, que possibilitavam o beneficiário do cheque sacá-lo sem ser identificado.

Estratégia — A CPI do caso PC também não investigou o "fantasma" Alberto Alves Miranda, que teria sido, segundo informações do deputado Miro Teixeira, o titular da conta usada por Paulo César Farias para movimentar os milionários recursos da campanha presidencial de Collor. Alberto Alves Miranda deixou de ser investigado pela CPI porque foi um dos últimos "fantasmas" do esquema PC a ser descoberto. O deputado do PDT acredita que essa conta possa ter sido investigada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do caso PC.

mas antes de aprofundar a sua busca, ele quer conversar com outros parlamentares, entre eles o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS).

Miro requisitou os documentos da CPI do caso PC à presidência do Senado na segunda-feira da semana passada como medida preventiva. "Como advogado, eu antevi que Collor e PC poderiam usar essa estratégia para tentar confundir", explicou Miro. Apesar de declarar-se oposição ao Governo "abúlico" de Itamar, o deputado do PDT está disposto a provar que o Presidente não participou das "patranhas de PC e Collor". "Eles estão querendo desestabilizar o País e confundir a opinião pública", disse Miro. "Eles não estão sendo julgados pela campanha eleitoral, mas por formação de quadrilha, peculato e roubo aos cofres públicos".

O ex-secretário de Itamar, Geraldo Farias, que é diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil, se trançou ontem em seu gabinete e não quis falar com a imprensa.